



**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**  
**Edifício Parque Cidade Corporate, SCS Quadra 09, Lote C, Torre A, 8º andar –**  
**Brasília – DF – CEP: 70.308-200 Telefones: (61) 2027-3213 / (61) 2027-3981**  
**E-mail: [conade@mdh.gov.br](mailto:conade@mdh.gov.br)**

**Ata 1ª Reunião Extraordinária Virtual do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE**  
**Data: 01/07/2020**

1 Ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e vinte realizou-se 1ª Reunião Extraordinária do  
2 Conselho Nacional de dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE, sob a Coordenação do  
3 Conselheiro Marco Antônio Castilho Carneiro, Presidente do CONADE e Representante da  
4 Federação Nacional das Associações Pestalozzi. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros (as)  
5 Titulares e Suplentes: Conselheiro Titular Josewilson Batista de Souza, Representante do Conselho  
6 Municipal da Pessoa com Deficiência de Juazeiro/BA (CMPD); Conselheira Titular Nídia Regina  
7 Limeira de Sá, Representante do Ministério da Educação (MEC); Conselheira Suplente Reislá  
8 Josyane de Araújo Ramos Neves, Representante da Secretaria da Previdência (SPREV/ME);  
9 Conselheira Suplente Giselle Dupin, Representante da Secretaria Especial da Cultura (SEC/MC);  
10 Conselheiro Suplente Carlos de Souza Maciel, Representante do Conselho de Defesa dos Direitos  
11 da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal (CODDEDE); Conselheiro Titular Filipe Trigueiro  
12 Xavier Correia, Representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos  
13 (MMFDH/SNDPD); Conselheiro Titular Daniel Dias Dutra, Representante do Conselho Estadual  
14 dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Bahia (COEDE/BA); Conselheiro Titular Angelo  
15 Roberto Martins, Representante do Ministério da Saúde (MS); Conselheiro Titular Wallace Dias  
16 Freitas, Representante da Secretária Especial de Desenvolvimento Social (SEDS/MC); Conselheira  
17 Suplente Niusarete Margarida de Lima, Representante da Secretaria Especial de Desenvolvimento  
18 Social (SEDS/MC); Conselheiro Titular Robson Crepaldi, Representante da Casa Civil (CC);  
19 Conselheira Suplente Louise Borges, Representante da Casa Civil (CC); Conselheiro Suplente  
20 Rafael Faria Gieger, Representante da Secretaria de Trabalho (STb/ME); Conselheiro Titular Ênio

21 Soares Dias, Representante do Ministério da Infraestrutura (MI); Conselheiro Suplente João  
22 Adilberto Pereira Xavier, Representante da Federação das Associações de Renais e Transplantados  
23 do Brasil (FARBRA); Conselheiro Titular Antonio de Souza Amaral, Representante da Associação  
24 Brasileira de Ostomizados (ABRASO); Conselheira Suplente Ana Paula Batista Soledade,  
25 Representante da Associação Brasileira de Ostomizados (ABRASO); Conselheiro Titular Hugo  
26 Frota Magalhães Porto Neto, Representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério  
27 Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoa com Deficiência (AMPID); Conselheira  
28 Suplente Marlúcia Gomes Evaristo Almeida, Representante da Associação Nacional dos Membros  
29 do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoa com Deficiência (AMPID);  
30 Conselheiro Titular Moisés Bauer Luiz, Representante da Confederação Brasileira de Desporto de  
31 Deficientes Visuais (CBDV); Conselheiro Suplente Carlos Eduardo Ferrari, Representante da  
32 Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais (CBDV); Conselheiro Titular Gonzalo  
33 de Alencar Lopez, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Conselheiro Suplente  
34 Gisele de Souza Cruz da Costa, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);  
35 Conselheira Titular Lucimar Batista da Costa, Representante do Movimento de Reintegração das  
36 Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN); Conselheiro Suplente Fernando César Thiago de  
37 Mello, Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);  
38 Conselheiro Titular Wilson Roberto Gomiero, Representante da Associação dos Familiares, Amigos  
39 e Portadores de Doenças Graves (AFAG); Conselheira Titular Maria do Carmo Tourinho Ribeiro,  
40 Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRA); Conselheira Suplente Telma Maria  
41 Viga de Albuquerque, Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRA); Conselheira  
42 Suplente Ana Cláudia Mendes de Figueiredo, Representante da Federação Brasileira das  
43 Associações de Síndrome de Down (FBASD); Conselheiro Titular Sérgio Diego de França,  
44 Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Conselheiro Titular Isaias  
45 Dias, Representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Conselheiro Titular Roberto Paulo  
46 do Vale Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de  
47 Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheiro Suplente Francisco  
48 Djalma de Oliveira, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de  
49 Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheiro Titular Adinilson  
50 Marins dos Santos, Representante da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES); Conselheiro  
51 Suplente Décio Gomes Santiago, Representante da Organização Nacional de Entidades de

52 Deficientes Físicos (ONEDEF); Conselheiro Titular Ernando Alves de Carvalho Filho,  
53 Representante do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA);. Ausências  
54 Justificadas: Conselheiro Titular Jeferson Furlan Nazário, Representante da Confederação Nacional  
55 do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Conselheiro Titular Antonio Carlos Sestaro,  
56 Representante da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down (FBASD).  
57 **ABERTURA:** O Conselheiro Marco Antônio Castilho Carneiro, Presidente do CONADE e  
58 Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi, iniciou a reunião  
59 cumprimentando e solicitou que realizasse a verificação do quórum. Verificado o quórum,  
60 apresentou as orientações a serem seguidas durante a reunião que está sendo realizada de forma  
61 virtual. Informou que a pauta está composta pelos seguintes itens: 1. Leitura e Apreciação da  
62 Ordem dos Trabalhos; 2. Apresentação do Orçamento da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa  
63 com Deficiência – SNDPD/2020; 3. Apresentação da proposta de alteração do BPC – Ministério da  
64 Cidadania; 4. Apresentação do Replanejamento da SNDPD para 2020; 5. Encerramento. Não  
65 havendo nenhuma manifestação, a pauta foi aprovada por unanimidade. Seguindo para a  
66 apresentação do Orçamento da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência –  
67 SNDPD/2020, a Sra. Moara Pedrosa Braga Silva, Coordenadora-Geral de Relações  
68 Interinstitucionais/SNDPD, cumprimentou a todos e esclareceu que essa apresentação mostrará  
69 como foi estruturado o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2021 e contextualizará os  
70 instrumentos utilizados. Explanou sobre o processo de elaboração do orçamento do Estado,  
71 explicando detalhadamente sobre o processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de  
72 Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Com relação à estruturação  
73 do PLOA 2021 da SNDPD, postulou que esse projeto é realizado em duas fases, uma fase  
74 qualitativa com a estruturação das ações e estabelecimento da unidade de medida e outra fase  
75 quantitativa com o valor das ações. Relatou que é trabalhado o código do programa de trabalho na  
76 fase qualitativa, o qual é composto de dezesseis números, apresentando a divisão de cada bloco  
77 desse código. Informou que foram apresentadas as ações 15SX – Implantação, Instalação e  
78 Modernização de Espaços e Equipamentos de Direitos Humanos, 21AR – Promoção da Defesa dos  
79 Direitos para Todos com dois planos orçamentários (004 – Promoção dos Direitos da Pessoa com  
80 Deficiência e 000E – Acessibilidade e Tecnologia Assistida) e 21AT – Funcionamentos dos  
81 Conselhos e Comissão de Direitos com um plano orçamentário (009 – Funcionamento do Conselho  
82 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência). Discorreu que a proposta enviada pela SNDPD

83 ao Órgão Setorial do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos ainda pode sofrer alguma  
84 modificação e informou que foi solicitado a criação o Programa Acessibilidade e Tecnologia  
85 Assistida, com recursos voltados para capacitação, estudos e pesquisas, acompanhamento e  
86 aperfeiçoamento da legislação, edição, publicação e distribuição de títulos, campanhas informativas  
87 e educativas e promoção de concursos nacionais na fase qualitativa, ponderando que não sabe como  
88 será a aceitação pelo Órgão Setorial do ministério. Com relação à fase quantitativa, notificou que o  
89 MMFDH recebeu o referencial monetário de R\$ 248.821.218,00, desse montante R\$ 58.409.333,00  
90 serão destinados para as despesas obrigatória, R\$ 189.566.885,00 para as despesas discricionárias e  
91 R\$ 845.000.000,00 para despesas financeiras. Explicou que a SNDPD tem 1,74% do valor de R\$  
92 189.566.885,00 para as despesas discricionárias, sendo R\$ 3.303.622,00, entretanto, arrazouo que  
93 existe uma parte chamada expansão para tentar ampliar esse referencial monetário junto a Secretaria  
94 de Orçamento Federal (SOF) estabelecida em R\$ 4.000.000,00, totalizando R\$ 7.286.500,00 de  
95 recursos para fazer a proposta orçamentária. Expôs a distribuição da proposta orçamentária,  
96 salientando que existe a necessidade de R\$ 5.255.000,00 para atender eventos, apoios e projetos,  
97 parcerias com organismos internacionais e capacitações. Abrindo para manifestações, o Presidente  
98 Marco Antonio Castilho Carneiro registrou o quanto é significativo o orçamento recebido pela  
99 SNDPD para executar as suas ações e questionou se as emendas parlamentares entraram na  
100 expansão do orçamento e onde está o recurso para realização da Conferência Nacional dos Direitos  
101 da Pessoa com Deficiência, que ocorreria em 2020 e foi transferida para 2021 devido à pandemia. A  
102 Sra. Moara Pedrosa Braga Silva esclareceu que as emendas parlamentares não estão  
103 complementadas no valor da expansão e a Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes, Diretora do  
104 Departamento de Gestão e Relações Interinstitucionais, elucidou que receberam uma emenda de  
105 comissão no valor de R\$ 3.000.000,00 e uma emenda da Senadora Mara Gabrilli no valor de R\$  
106 300.000,00, sendo que a Conferência Nacional está garantida por meio dessas emendas. Comentou  
107 que o empenho dessa despesa será realizada ainda no exercício de 2020 para que a execução seja  
108 garantida em 2021 e que estão tentando viabilizar por meio do PRODOC a parte de metodologia,  
109 sistematização de propostas e facilitadores. A Conselheira Telma Maria Viga de Albuquerque,  
110 Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRA), parabenizou pela apresentação e o  
111 Conselheiro Hugo Frota Magalhães Porto Neto, Representante da Associação Nacional dos  
112 Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoa com Deficiência  
113 (AMPID), solicitou que fosse realizado um alinhamento sobre os critérios para assegurar os

114 recursos da expansão e da participação do CONADE no detalhamento e na especificação das  
115 despesas discricionárias para maiores esclarecimentos sobre a dinâmica orçamentária. A Sra. Moara  
116 Pedrosa Braga Silva explicou que podem realizar despesas de acordo com o valor do montante das  
117 receitas, ponderando que o valor de expansão foi estabelecido pela setorial orçamentária do  
118 ministério. Discorreu que estão estipulados cerca de R\$ 500.000,00 para os gastos do CONADE. A  
119 Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes complementou que estão reestruturando a ação de apoio  
120 aos conselhos em função de alguns acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU), para que  
121 possam apoiar efetivamente as suas necessidades específicas. Relatou que o montante de recursos  
122 recebido pela SNDPD referente às despesas discricionárias é muito pequeno, explicando que a  
123 expansão solicitada é justamente para atender as ações voltadas para capacitação de profissionais de  
124 saúde e criação do seu sistema para avaliação psicossocial e elaboração do Cadastro de Inclusão.  
125 Relatou que existe o entendimento que há uma margem para conseguir recursos por meio de  
126 emendas parlamentares, destacando que será montada uma cartilha de projetos e compreendendo  
127 que a participação do CONADE nessa etapa seria muito bem-vinda para que pudessem criar  
128 projetos que atendam o público de pessoas com deficiência. O Conselheiro Josewilson Batista de  
129 Souza, Representante do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência – Juazeiro/BA, solicitou  
130 mais explicações sobre os recursos que estão sendo direcionados para a inclusão do mercado de  
131 trabalho para as pessoas com deficiência e a Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes explanou  
132 que não existe um recurso específico para a empregabilidade da pessoa com deficiência e sim ações  
133 estruturantes, sendo que essa questão ficará mais clara quando for tratado sobre o replanejamento  
134 das ações da SNDPD. Informou que estão trabalhando na regulamentação do trabalho com apoio,  
135 que ajudará a ampliar a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho e na parceria com  
136 a União Europeia para realização de estudos a partir de boas práticas. Arrazoou que existe um  
137 orçamento específico do referencial de expansão para o Projeto Emprega Mais, que também pode  
138 ser feito por meio de emendas parlamentares. O Conselheiro Wilson Roberto Gomiero,  
139 Representante da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG),  
140 parabenizou pela apresentação a qual expôs uma explicação sobre o orçamento e observou que é um  
141 orçamento pífio, solicitando que fosse realizada uma melhor discussão com Coordenadora-Geral de  
142 Relações Interinstitucionais e com a Diretora do Departamento de Gestão e Relações  
143 Interinstitucionais a respeito do que pode ser feito para que haja uma participação maior do  
144 CONADE na política de deficiência. A Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes entendeu que é

145 necessário organizar melhor as ações que acontecem no governo federal e informou que já foi  
146 colocada para a SNDPD a necessidade de construção de um mecanismo de monitoramento das  
147 políticas para as pessoas com deficiência. O Conselheiro Isaias Dias, Representante da Central  
148 Única dos Trabalhadores (CUT), analisou que não foram previstas as reuniões para a Comissão  
149 Organizadora da Conferência Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência no orçamento,  
150 entendendo que esse é o momento de questionar a secretaria sobre esse orçamento. O Presidente  
151 Marco Antonio Castilho Carneiro explicou que, depois da publicação do decreto de recriação do  
152 CONADE, a Comissão Organizadora da Conferência Nacional foi ampliada para um grupo de vinte  
153 colaboradores, entre conselheiros e equipe da SNDPD, sendo que todas as reuniões das comissões  
154 ocorrerão sempre um dia antes do conselho. A Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes informou  
155 que solicitaram as áreas da SNDPD que enviassem as suas necessidades de orçamento e estarão  
156 garantidas. O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro complementou que, na construção do  
157 orçamento da conferência nacional, foram previstas algumas reuniões da Comissão Organizadora e  
158 outras que serão necessárias. O Conselheiro Daniel Dias Dutra, Representante do Conselho  
159 Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Bahia (COEDE/BA), questionou quais foram  
160 as entidades que participaram da elaboração do PPA e a Sra. Moara Pedrosa Braga Silva explanou  
161 que as orientações para elaboração do PPA são encaminhadas pelo Ministério da Economia e é  
162 elaborado em parceria com o MMFDH. A Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes acrescentou  
163 que o PPA foi elaborado por uma área específica do ministério, sendo que a SNDPD forneceu  
164 apenas os insumos. Discorreu que não existiu a participação da sociedade civil por se tratar de um  
165 instrumento do Poder Executivo para direcionamento das ações. O Presidente Marco Antonio  
166 Castilho Carneiro observou que não é uma marca desse governo elaborar um orçamento federal  
167 participativo e entendeu que pode ficar como registro desse pleno a necessidade de participação da  
168 sociedade civil no PPA e no PLOA do governo federal. O Carlos Eduardo Ferrari, Representante da  
169 Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais (CBDV), registrou a necessidade de  
170 analisar o orçamento de maneira a dialogar com as ações que precisam ser realizadas para  
171 fortalecimento do CONADE. A Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes intuiu que a SNDPD tem  
172 um papel indutor para as ações, porém, concordou que é necessário ter uma melhor estruturação e  
173 mais dados sobre as políticas setoriais para realmente realizar o papel de coordenação. O  
174 Conselheiro João Adilberto Pereira Xavier, Representante da Federação das Associações de Renais  
175 e Transplantados do Brasil (FARBRA), concordou com a utilização das emendas parlamentares

176 para tentar minimizar a falta de recursos orçamentários, todavia, não podem apenas considerá-las se  
177 não houver a preparação para apresentação das necessidades aos parlamentares. O Conselheiro  
178 Gonzalo de Alencar Lopez, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), parabenizou  
179 pela apresentação e reiterou a necessidade de entender o que cada ministério está fazendo em  
180 relação a política para a pessoa com deficiência, sugerindo a criação de um grupo de trabalho  
181 específico. Questionou qual é a expectativa para que o mapeamento da SNDPD esteja alinhado e  
182 destacou a pouca relevância do CONADE para o governo federal diante o orçamento  
183 disponibilizado. Sugeriu também criar um grupo de trabalho para retomar o diálogo com o  
184 Presidente da República e, em especial, com a Casa Civil sobre o projeto do Fundo Nacional dos  
185 Direitos da Pessoa com Deficiência. O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro lembrou que  
186 existe uma comissão específica de políticas públicas que possui o papel de fazer uma discussão  
187 transversal e intersetorial com todas as políticas públicas relacionadas às pessoas com deficiência e  
188 informou que a FENAPESTALOZZI participou de um grupo de instituições que levou uma  
189 proposição aos estão candidatos Jair Bolsonaro e Fernando Haddad na perspectiva de conquistar  
190 direitos para as pessoas com deficiência. Indagou se existe a possibilidade de reaproveitamento dos  
191 recursos que não estão sendo executados em 2020. O Conselheiro Josewilson Batista de Souza  
192 propôs à SNDPD que pensasse em propostas de políticas de estado e não de governo. A Sra. Moara  
193 Pedrosa Braga Silva explanou que foi solicitada a abertura de créditos adicionais para atender as  
194 despesas acordadas em exercícios anteriores e a Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes  
195 complementou que o orçamento de 2020 era muito baixo, sendo que os recursos não utilizados para  
196 as reuniões do CONADE serão utilizados em outras despesas. Finalizadas as manifestações, o  
197 Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro compreendeu que boa parte das falas indica a  
198 existência de um orçamento insuficiente para as políticas públicas para as pessoas com deficiência,  
199 tendo como encaminhamentos a realização de um trabalho mais próximo ao parlamento com o  
200 objetivo de conseguir emendas parlamentares e retomar a discussão da criação do Fundo Nacional  
201 dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O Conselheiro Moisés Bauer Luiz, Representante da  
202 Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais (CBDV), afirmou que concorda com a  
203 explanação do Conselheiro Gonzalo de Alencar Lopez e informou que a CBDV está cobrando os  
204 compromissos firmados com o Presidente Jair Bolsonaro. Finalizadas as manifestações, o  
205 Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro colocou em regime de votação a PLOA 2021  
206 apresentada com as observações de que o orçamento é insuficiente e da necessidade da criação da

207 Política Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que foi aprovado com quatro abstenções  
208 (Isaias Dias, Fernando César Thiago de Mello, Reislá Josyane de Araújo Costa de Moura Dias e  
209 Luís Claudio Alves Pereira). Passando à apresentação da proposta de alteração do BPC – Ministério  
210 da Cidadania, a Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes informou que foram convidados para  
211 discutir o texto de um regulamento, juntamente com o Ministério da Cidadania (MC), Ministério da  
212 Economia (ME) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que realiza alterações no BPC.  
213 Recepcionou os convidados: Sra. Mariana de Souza Machado Neris, Secretária Nacional de  
214 Assistência Social (SNAS/MC), Sr. Leonardo Rolim, Presidente do INSS, Sr. Narlon Gutierrez  
215 Nogueira, Secretário-Adjunto de Previdência do Ministério da Economia e o Sr. André Rodrigues  
216 Veras, Diretor do Departamento de Benefícios Assistenciais (DBA/MC). A Sra. Mariana de Souza  
217 Machado Neris cumprimentou a todos e salientou que esse é um momento histórico. Informou que a  
218 Lei nº 13.882 trouxe uma grande conquista para a política social voltada para a pessoa com  
219 deficiência, possibilitando as pessoas com deficiência e as pessoas idosas que tenham renda entre  
220 um quarto e um quinto possam ter acesso ao BPC sem precisar acionar a justiça. Informou que a  
221 proposta de decreto já foi apresentada e aprovada no Conselho Nacional de Assistência Social  
222 (CNAS) e ainda será apresentada ao Conselho Nacional da Pessoa Idosa (CNDI) para que haja  
223 maior adesão. O Sr. Leonardo Rolim cumprimentou a todos e postulou que o INSS está priorizando  
224 as pessoas mais vulneráveis, salientando que conseguiram antecipar cerca de cento e setenta mil  
225 benefícios do BPC nesse período que as agências estão fechadas. O Sr. Narlon Gutierrez Nogueira  
226 cumprimentou os presentes e explanou que essa proposta foi construída em conjunto e está voltada  
227 a preocupação de atendimento do público mais vulnerável. Informou que será publicado um decreto  
228 prorrogando o prazo de antecipação dos benefícios. O Sr. André Rodrigues Veras cumprimentou a  
229 todos e explicou que a intenção é apresentar a proposta de decreto que visa regulamentar  
230 dispositivos que permitem um novo olhar sob o BPC. Apresentou sobre os aspectos básicos do  
231 BPC, seu contexto atual e as justificativas para a alteração no seu regulamento, destacando as  
232 seguintes modificações: desconsideração de benefícios assistenciais ou previdenciários de até um  
233 salário mínimo concedidos a idoso acima de 65 anos ou pessoa com deficiência na mesma família;  
234 redução de gastos com tratamento de saúde (médicos, fraldas, alimentos especiais e medicamentos  
235 do requerente), desde que não disponibilizados gratuitamente pelo SUAS ou se os serviços não são  
236 prestados pelo SUAS; flexibilização do critério de renda em função dos elementos de  
237 vulnerabilidade; alteração no fluxo de análise do BPC; regulamentação da concessão do BPC a



238 estrangeiros residentes no país; adoção das informações registradas no Cadastro Único; e aumento  
239 do prazo para o beneficiário apresentar a defesa em casos de apuração de irregularidade do  
240 benefício de dez para trinta dias. Havendo falha na conexão do convidado, o Conselheiro Hugo  
241 Frota Magalhães Porto Neto informou que a AMPID em associação com o Ministério Público do  
242 Estado do Ceará realizará no dia dez de julho, as 16h00, um *webinar* sobre o Tratado de Marrakesh,  
243 explanando que o evento contará com abertura do Procurador-Geral de Justiça do MPCE, Manuel  
244 Pinheiro, terá como palestrantes o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos  
245 Ayres Brito, e o Procurador Regional da República, André Carvalho Ramos. Além das palestras,  
246 discorreu que o *webinar* terá um debate entre o Promotor de Justiça do Ministério Público da Bahia  
247 e membro da AMPID, Fernando Gaburri, e o Assessor Jurídico da Procuradoria-Geral de Justiça do  
248 Rio Grande do Sul e membro do CONADE, Moisés Bauer Luiz. Retornando a apresentação, o Sr.  
249 André Rodrigues Veras apresentou a comparação do BCP antes e depois da proposta de decreto e  
250 destacou que há a previsão de quatrocentos e cinquenta mil e seiscentos novos beneficiários,  
251 finalizando a sua exposição. Abrindo para as manifestações, a Conselheira Ana Cláudia Mendes de  
252 Figueiredo, Representante da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down  
253 (FBASD), parabenizou pela apresentação e agradeceu pela desconsideração de benefícios  
254 assistenciais ou previdenciários de até um salário mínimo concedidos a idoso acima de sessenta e  
255 cinco anos ou pessoa com deficiência na mesma família dos estrangeiros e pela inclusão dos  
256 estrangeiros e da possibilidade da dedução dos gastos com saúde. Externou a sua preocupação em  
257 relação à regulamentação do §11 do art. 20 e do art. 20A da Lei nº 8.742 que não resolve a lacuna  
258 legislativa existente para 2021 e discorreu que a ampliação de um quarto para um quinto do salário  
259 mínimo continua não atendendo a necessidade de garantir a dignidade humana. O Sr. André  
260 Rodrigues Veras explicou que estão colocando a necessidade de regulamentação da renda familiar,  
261 lembrando que o critério inferior a um quarto do salário mínimo não é elemento suficiente para  
262 avaliação da necessidade do requerente ao BPC. Com relação a ausência de critério para 2021,  
263 ponderou que existe uma divergência de entendimento, uma vez que um quarto do salário é o  
264 mínimo já consagrado como referência para acesso ao BPC e continuará com a edição do novo  
265 decreto, porém, discorreu que podem tentar pacificar esse critério no âmbito judicial através da  
266 Advocacia-Geral da União (AGU). Explanou que o §11 do art. 20 e do art. 20A da Lei nº 8.742  
267 possuem a mesma essência e que a avaliação da pessoa com deficiência permite avaliar elementos  
268 de vulnerabilidade e transposta para a pessoa idosa. O Conselheiro Rafael Faria Giger,

269 Representante da Secretaria de Trabalho (STb/ME), questionou se a bolsa de estudos e o salário do  
270 estagiário e do aprendiz com deficiência continua não sendo considerados na renda familiar e  
271 entendeu que seria interessante não considerar o salário de uma pessoa com deficiência na análise  
272 do benefício de outra pessoa com deficiência da mesma família. O Sr. André Rodrigues Veras  
273 esclareceu que não há alteração em relação à bolsa de estudos e ao salário do estagiário e do  
274 aprendiz com deficiência e que o salário de qualquer pessoa da família é considerado no cálculo da  
275 renda per capita familiar. A Conselheira Ana Cláudia Mendes de Figueiredo postulou que a lei já  
276 prever que a renda será menor ou igual um quarto do salário mínimo, entendendo que também será  
277 considerado esse percentual no decreto e ilustrou que o novo decreto considerará apenas um quinto  
278 do salário mínimo caso sejam atendidos os critérios estabelecidos, questionando o motivo de não  
279 prevê o mesmo teto estabelecido para os outros benefícios sociais do governo. O Conselheiro Hugo  
280 Frota Magalhães Porto Neto retomou a preocupação com a lacuna legislativa existente em relação à  
281 renda per capita a ser considerada a partir de 2021 e indagou se já existe alguma iniciativa legislativa  
282 para converter esse decreto em lei. O Conselheiro Rafael Faria Giger salientou que seria  
283 extremamente importante não incluir na renda familiar o salário recebido por outro ente da família e  
284 o Conselheiro Josewilson Batista de Souza indagou o motivo de não garantir um quinto do salário  
285 mínimo como critério. O Sr. André Rodrigues Veras informou que a legislação atual já prevê  
286 apenas a desconsideração do rendimento do aprendiz para cálculo da renda familiar e o Sr. Narlon  
287 Gutierrez Nogueira refletiu que a principal instabilidade existente é o conflito entre os diferentes  
288 poderes na definição do limite do alcance do BPC e discorreu que existe o entendimento que o  
289 limite de um quarto do salário mínimo pode mantido como referencial básico. A Sra. Mariana de  
290 Souza Machado Neris destacou que há uma agenda em curso para avançar em outras perspectivas,  
291 como de um instrumento de avaliação unificada de deficiência e comentou que é necessário retomar  
292 o sentido do BPC da Constituição. Informou que a Portaria MC nº 427/2020 postergou por mais  
293 sessenta dias a retomada dos procedimentos de inscrição no Cadastro Único para os programas do  
294 governo federal entendendo que o risco de contaminação pelo Coronavírus ainda é muito grande em  
295 caso de aglomeração. Comprometeu-se em retornar ao CONADE sempre que necessário. O Sr.  
296 Leonardo Rolim agradeceu pelo espaço e reforçou que esse é um momento importante de ampliação  
297 do BPC. O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro agradeceu pela participação e sugeriu que  
298 o CONADE elabore um documento com o seu posicionamento e suas contribuições a ser  
299 encaminhado ao Ministério da Cidadania, o que foi aprovado. Prosseguindo para a apresentação do

300 Replanejamento da SNDPD para 2020, a Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes expôs uma  
301 breve contextualização dos motivos da realização desse replanejamento da SNDPD para 2020 e  
302 apresentou o Plano de Ação, destacando que possui como ações: revisão do desenho e dos  
303 normativos sobre a Política Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência; Avaliação  
304 Psicossocial da Deficiência; Cadastro-Inclusão; relações interfederativas e com a sociedade civil; e  
305 o mecanismo de Monitoramento e Avaliação das políticas Públicas. Arrazoou sobre as  
306 recomendações do Acórdão TCU nº 2140, que foram transformadas em determinações pelo  
307 Acórdão TCU nº 2580 e divididas nos seguintes eixos: I) realização de estudos para fundamentar as  
308 políticas públicas; II) Aperfeiçoamento da comunicação com entes federados, entidades e  
309 CONADE; e III) Mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas Públicas. Apresentou um  
310 quadro com as ações a serem implementadas, etapas, responsável, atividades previstas, prazo e  
311 produto e o fluxo de como funciona a junção da Avaliação da Deficiência e o Cadastro de Inclusão,  
312 salientando que a ideia é ter um sistema unificado de avaliação da deficiência. Abrindo para  
313 manifestações, o Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro externou a sua preocupação com a  
314 SNDPD reconhecer a sua dificuldade de fazer uma interlocução com o governo federal para a  
315 formulação da política. O Sr. Antônio Muniz arrazoou que sentiu falta do Auxílio Inclusão no  
316 planejamento e o Conselheiro Wilson Roberto Gomiero ponderou que o grande problema da pessoa  
317 com deficiência no Brasil é não ter a sua própria política, entendendo que é necessário reforçar o  
318 papel do CONADE como interlocutor de políticas públicas. A Conselheira Ana Cláudia Mendes de  
319 Figueiredo questionou como está a previsão da participação dos integrantes do CONADE na  
320 regulamentação dos dispositivos da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e relatou que lhe chamou  
321 atenção a questão da Casa Civil ter ficado responsável pela avaliação da pessoa com deficiência,  
322 indagando se esse item ainda estaria em discussão. A Sra. Liliane Cristina Gonçalves Bernardes  
323 informou que já foram realizadas várias discussões sobre o Auxílio Inclusão, porém, registrou que  
324 ainda não houve avanços e afirmou que a participação do CONADE na regulamentação dos  
325 dispositivos da LBI acontecerá, explicando que a ideia é alinhar uma proposta no governo e  
326 posteriormente discutir com a sociedade civil. Explanou que a partir do Plano de Ação está sendo  
327 pensado na estruturação de algumas ações para que a SNDPD consiga exercer o seu papel de  
328 coordenação da política para a pessoa com deficiência. O Conselheiro Moisés Bauer Luiz registrou  
329 a sua insatisfação por ainda não ter um instrumento único de avaliação normatizado, observando  
330 que não existe nem uma expectativa de data para sua implantação na apresentação. O Conselheiro

331 Diego de França, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB), indagou se a  
332 SNDPD está dialogando com os gestores estaduais e quais são os seus efeitos, e quais foram os  
333 produtos dos fóruns realizados em 2019. O Conselheiro João Adilberto Pereira Xavier entendeu que  
334 é necessário mudar o padrão de trabalho do Conselho e externou a sua indignação com a falta de  
335 respeito ao CONADE. O Conselheiro Gonzalo de Alencar Lopes percebeu que a SNPDP tem que  
336 agir em indução junto aos outros órgãos e observou que não existe uma busca ativa para criação de  
337 uma política nacional. Registrou a indignação da OAB pela lamentável publicação da Secretária  
338 Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa contra a política de cotas. A Sra. Liliane Cristina Gonçalves  
339 Bernardes esclareceu que os prazos para definição dos instrumentos e da implantação da Avaliação  
340 Psicossocial estão definidos no quadro enviado aos conselheiros, sendo que a responsabilidade da  
341 Casa Civil é analisar o decreto do Comitê Intersetorial. Postulou que há o diagnóstico de ausência  
342 de diálogo com os gestores estaduais, destacando que a ideia é retomar esse diálogo e que os  
343 resultados dos fóruns estão sendo sistematizados por uma consultoria e serão organizados para  
344 encaminhá-los ao CONADE. Discorreu que, em sua visão, existe uma Política Nacional de Direitos  
345 das Pessoas com Deficiência, porém, fragmentada. O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro  
346 compreendeu que a preocupação em relação aos fóruns não é somente em relação a sistematização  
347 dos seus resultados, mas em relação ao aproveitamento dos seus produtos para elaboração da  
348 proposta de replanejamento da secretaria e para construção de políticas públicas. Observou que não  
349 existe nenhum problema na realização de reuniões virtuais com os conselhos estaduais e  
350 municipais, todavia, lhe chamou a atenção é optar por essa ação e não fazer um diálogo com os  
351 gestores das políticas destinadas às pessoas com deficiência. O Conselheiro Hugo Frota Magalhães  
352 Porto Neto afirmou que a AMPID tem ficado bastante surpresa com o posicionamento da Secretária  
353 Nacional em relação às cotas da Portaria nº 545, registrando sua profunda indignação. Destacou que  
354 não há uma resposta ao requerimento da AMPID que solicitou a revisão dos decretos e das  
355 normativas que as excluam. O Conselheiro Josewilson Batista de Souza relatou que foram  
356 surpreendidos com a informação de que a Secretária Nacional estaria realizando um cronograma de  
357 reuniões com os conselhos municipais, solicitando um posicionamento em relação a essa questão. A  
358 Sra. Priscilla Roberto Gaspar de Oliveira, Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com  
359 Deficiência, informou que foi apresentando o plano para todos os conselheiros quando chegou à  
360 SNDPD e explicou que o Decreto nº 9759/2019 tratava da extinção dos conselhos, destacando que a  
361 manutenção do CONADE foi a sua primeira luta. Com relação as dúvidas referentes ao seu

362 posicionamento, afirmou que defende as pessoas com deficiência e observou que existem muitos  
363 problemas de comunicação que precisam ser melhorados. Lembrou que constava a questão dos  
364 fóruns de políticas permanentes para a pessoa com deficiência na proposta de planejamento de 2019  
365 e informou que estão preparando um webinar com relação as temáticas e políticas públicas para as  
366 pessoas com deficiência, ponderando que esse ponto é fundamental manter. Explanou que ainda  
367 estão sendo realizados debates para atualização da Política Nacional dos Direitos da Pessoa com  
368 Deficiência e que as reuniões com os conselhos estaduais e municipais são para saber quais são as  
369 suas dificuldades a fim de atender as suas necessidades, no entanto, postulou que podem dialogar  
370 caso haja o entendimento de que deve trabalhar de outra forma. Explicou que foi interpretada  
371 equivocadamente por sua publicação em relação as cotas para as pessoas com deficiência,  
372 ressaltando que é contrária ao posicionamento do MEC e estava muito preocupada com a situação.  
373 O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro comentou que sempre tiveram a preocupação de  
374 fazer contato com a rede de conselhos e poucas respostas foram encaminhadas, sendo que  
375 notificaram todos os Secretários de Estado da Saúde solicitando as informações. Postulou que em  
376 nenhum momento houve o entendimento de que a Secretária Nacional não possa dialogar com os  
377 conselhos estaduais e municipais, mas refletiu que falta interlocução com os órgãos gestores. O  
378 Conselheiro Antonio de Souza Amaral externou a sua preocupação pela falta de informações das  
379 representações dos conselhos municipais e das instituições nacionais no CONADE sobre as  
380 reuniões que serão realizadas em duas regiões do estado do Mato Grosso no dia 29 de julho de  
381 2020, questionando se o convite realizado ao estado é para o gestor ou para os conselhos  
382 municipais. O Conselheiro Sérgio Diego de França ponderou que ninguém é contrário à realização  
383 dos fóruns, mas a falta de apresentação dos resultados e afirmou que a Comissão de Atuação de  
384 Conselhos (CAC) em nenhum momento foi comunicada sobre a interlocução com os conselhos  
385 estaduais e municipais por parte da SNDPD. A Sra. Priscilla Roberta Gaspar de Oliveira esclareceu  
386 que é necessária a consultoria para fazer o levantamento e o estudo de todas as questões dos fóruns  
387 e informou que a equipe da SNDPD está discutindo e aguardando uma definição de data pela Casa  
388 Civil para o lançamento do plano de contingenciamento em relação as pessoas com deficiência.  
389 Discorreu que o CONADE receberá o convite e informações sobre esse lançamento. O Presidente  
390 Marco Antonio Castilho Carneiro informou que está recebendo informações de alguns conselheiros  
391 do CNAS alegando que não fizeram a aprovação da alteração do BPC, ponderando que havia  
392 entendido que o CNAS tinha aprovado essa alteração na explanação da Secretária Nacional de

393 Assistência Social. Lembrou que o encaminhamento a ser adotado será a construção de um  
394 documento com os apontamentos acerca das observações realizadas. Seguindo para a definição dos  
395 encaminhamentos sobre a apresentação do replanejamento da SNDPD para 2020, relatou que as  
396 principais questões abordadas foram: a percepção da insuficiência do orçamento para a SNDPD  
397 realizar os seus trabalhos; entendimento de que algumas ações, especialmente capacitações, não  
398 devem ser para os aplicadores da nova avaliação de deficiência por ser papel de outra política; e  
399 ausência de uma Política Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Sugeriu  
400 que fosse realizado elaborado um documento com as observações do CONADE solicitando o  
401 aprimoramento. O Conselheiro Sérgio Diego de França salientou a necessidade de registrar a  
402 discussão do planejamento sem o diálogo com os entes federados e sem observar os resultados dos  
403 fóruns e a Conselheira Ana Cláudia Mendes de Figueiredo solicitou que houve um prazo para o  
404 envio dos encaminhamentos pelos conselheiros. O Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro  
405 explicou que será adotado o mesmo processo utilizado para os encaminhamentos do BPC e não  
406 havendo nenhuma manifestação contrária, colocou as seguintes deliberações para aprovação dos  
407 conselheiros: 1. Aprovação do Orçamento da SNDPD 2021 com as observações de valor  
408 insuficiente e anotações em relação ao Fundo Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; 2.  
409 Participação do CONADE na elaboração de Cartilha de Projetos da SNDPD para captação de  
410 emendas parlamentares; 3. Volta de interlocução com a Casa Civil com vistas a criação da Lei do  
411 Fundo Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; 4. Retomada de diálogo com os  
412 ministérios através da Comissão de Políticas Públicas com a participação de outros conselheiros que  
413 desejarem a fim de mapear as discussões das suas próprias políticas e ações destinadas às pessoas  
414 com deficiência; 5. Voltar a cobrar do governo federal a implantação da Política Nacional dos  
415 Direitos da Pessoa com Deficiência; 6. Elaboração de documento do CONADE acerca da  
416 proposição do decreto para alteração do BPC; 7. Elaboração de documento do CONADE acerca do  
417 replanejamento da SNDPD para 2020 com as observações elaboradas através do trabalho coletivo  
418 dos conselheiros. Não havendo nenhuma manifestação contrária, as deliberações foram aprovadas  
419 por unanimidade. A Conselheira Giselle Dupin, Representante da Secretaria Especial da Cultura  
420 (SEC/MC), notificou que a Secretaria Especial de Controle da Controladoria-Geral da União (CGU)  
421 realizou um balanço em seis ministérios sobre a existência da política para a primeira infância,  
422 ponderando que enviará esse relatório ao CONADE, para que seja realizado um paralelo com a  
423 questão da pessoa com deficiência. **ENCERRAMENTO:** Finalizado o debate dos itens de pauta, o

424 Presidente Marco Antonio Castilho Carneiro agradeceu a presença de todos e encerrou a 1ª Reunião  
425 Extraordinária do CNAS.

426

427

428

**Marco Antonio Castilho Carneiro**

429

**Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE**

430

431

432

433

434

Julho de 2020